



# O debate sobre a energia nuclear



**FERNANDO SANTO**  
Bastonário da Ordem dos Engenheiros

Quando decidimos organizar uma conferência sobre energia nuclear sabíamos que o tema era polémico, que mobilizaria engenheiros, professores, investigadores e empresários, na busca de informação técnica actualizada sobre a produção de energia nuclear, tão pouco divulgada e discutida no nosso país, e que iríamos contribuir para o debate sobre o problema energético. Nesta perspectiva, a conferência ultrapassou as melhores expectativas. Mas a principal conclusão não foi no domínio energético, foi, sim, sobre uma generalizada ausência de cultura do rigor e de debate técnico sobre temas que deverão merecer uma ampla discussão sem ideias preconcebidas. As opiniões dogmáticas, o sentimento ou a opção política, do tipo "acho que", parece que tomaram conta do país, divulgando verdades não provadas e fomentando decisões políticas que afectam a vida de todos. Nos últimos 30 anos, Portugal passou ao lado das discussões técnicas sobre a energia nuclear, quando por toda a Europa o tema foi debatido. Muitos portugueses, sem informação técnica, mas com responsabilidades, passaram a fazer afirmações em domínios científicos, sem fundamento, como se a ciência tivesse que se submeter às suas douradas opiniões. Para esses, esta conferência foi muito incómoda e considerada inoportuna, mesmo que os oradores com posições divergentes sejam tecnicamente credíveis. Também nos quiseram ensinar que há entidades que obrigatoriamente deverão ser convidadas. Muito se aprende neste país sobre a cultura do politicamente correcto.

Passando à energia, Portugal iniciou nos anos 50 do século passado uma estratégia de produção de energia eléctrica assente na hídrica. Em poucos anos a engenharia portuguesa colocou o nosso país na linha da frente da concepção e da construção de barragens. Em simultâneo, em Março de 1954, foi criada a Junta de Energia Nuclear, ou seja, apenas 16 anos depois da descoberta da cisão dos núcleos de átomos de urânio, sob a acção de neutrões, o que foi considerado um

dos maiores avanços científicos do século XX. Para a época e para um país atrasado, teremos que considerar como notável a atenção dispensada a esta nova área do conhecimento e que muito promoveu a investigação e o desenvolvimento científico portugueses.

Em 1974, tivemos o primeiro choque petrolífero e uma revolução que nos

devolveu a liberdade, não de pensamento, porque essa nunca se perde, mas de livre expressão, de reunião e de debate. Pouco tempo depois, em 1977, a Ordem dos Engenheiros promoveu a primeira conferência sobre energia nuclear. A posterior opção estratégica de se construírem centrais a carvão, em Sines e Abrantes e, posteriormente, de ciclo combinado, afastaram o debate sobre a energia nuclear, apesar da Europa ter construído 160 centrais nucleares, das quais 9 na vizinha Espanha.

Entretanto, Portugal deixou de estar na linha da frente na produção de energia hídrica, ocupando actualmente uma das últimas posições na Europa, uma vez que, desde 1995, o Plano das Barragens foi paralisado, nomeadamente a construção da barragem do Foz Côa, por razões culturais, devido às gravuras; e do Baixo Sabor por razões ambientais. No princípio do novo século, perante as limitações da emissão de CO<sub>2</sub> e do aumento do preço do petróleo, surgiu a energia eólica como uma alternativa dentro das renováveis, mas os investidores também rapidamente sentiram as enormes dificuldades de licenciamento por questões ambientais. Dificultada a instalação de mais capacidade produtiva interna, restavam duas alternativas: a redução do consumo e a importação. A União Europeia aprovou, em 2002, uma directiva sobre a eficiência energética de edifícios, que somente em 2006 começará a ser aplicada em Portugal; depois de termos construído, desde 1995, mais de 800.000 novos fogos, para além das áreas comerciais e dos escritórios.

Não estamos no fim da linha mas no início de uma reflexão que deverá ser séria, tecnicamente fundamentada, e na qual as componentes económica, social e ambiental deverão ser devidamente ponderadas, sob pena de continuarmos a trabalhar após o problema ocorrer, em vez de anteciparmos as soluções para minimizar o seu impacto. ||